



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Conselho Universitário**

ATA N° 05/ORDINÁRIA/2020/SG-DC

1 Aos 24 dias do mês de novembro do ano de 2020, no horário das 14h, remotamente por meio de
2 videoconferência, realiza-se a V sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da
3 Universidade Federal do ABC (UFABC) do ano 2020, previamente convocada e presidida pelo
4 magnífico reitor, Dácio Roberto Matheus, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Wagner
5 Alves Carvalho, vice-reitor; Acácio Sidinei Almeida Santos, pró-reitor de Assuntos Comunitários
6 e Políticas Afirmativas; Ana Paula Romani, representante docente do Centro de Engenharia,
7 Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Armando Caputi, representante docente do
8 Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Beatriz Baria Vieira, representante
9 discente de graduação; Cássia Gonçalves de Souza, representante suplente dos técnicos
10 administrativos; Claudia Regina Vieira, representante docente do Centro de Ciências Naturais e
11 Humanas (CCNH); Evonir Albrecht, pró-reitor adjunto de extensão e cultura; Fernando Luiz
12 Cássio Silva, representante docente do CCNH; Francisco de Assis Zampirolli, representante
13 docente do CMCC; Geovane Oliveira de Sousa, representante dos técnicos administrativos;
14 Glenda Lorena Mezarobba, membro da comunidade civil; Gustavo Martini Dalpian, representante
15 docente do CCNH; Gustavo Morari do Nascimento, representante docente do CCNH; Harki
16 Tanaka, diretor do CECS; Itana Stiubiener, representante docente do CMCC; João Paulo Gois,
17 pró-reitor adjunto de pós-graduação; José Fernando Queiruga Rey, representante docente do
18 CECS; Júlia Clauson, representante suplente discente de graduação; Laura Passarella Carajoinas,
19 representante discente de graduação; Luciana Zaterka, representante docente do CCNH; Marcelo
20 Bussotti Reyes, diretor do CMCC; Marcelo Furlin, membro da comunidade civil; Marcelo
21 Salvador Caetano, representante suplente docente do CMCC; Mariana Ohara Morita Abreu,
22 representante suplente discente de graduação; Mônica Schröder, pró-reitora de Planejamento e
23 Desenvolvimento Institucional; Natália Gea, representante suplente dos técnicos administrativos;
24 Otto Müller Patrão de Oliveira, representante docente do CCNH; Paula Ayako Tiba, pró-reitora
25 de graduação; Raquel Vecchio Fornari, representante docente do CMCC; Rayssa Saidel Cortez,
26 representante discente de pós-graduação; Regimeire Oliveira Maciel, representante suplente
27 docente do CECS; Roberta Kelly Amorim de França, representante dos técnicos administrativos;
28 Rodrigo de Freitas Bueno, representante docente do CECS; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Sara
29 Cid Mascareñas Alvarez, pró-reitora de administração; Sônia Maria Malmonge, pró-reitora de
30 pesquisa. **Ausências justificadas**: Rafael Ribeiro Dias Vilela de Oliveira, representante suplente
31 docente do CMCC; Vanessa Elias de Oliveira, representante docente do CECS. **Ausentes**: Alberto
32 Sanyuan Suen, representante docente do CECS. **Não votantes**: Daniel Pansarelli, secretário-geral;
33 Alberto Setúbal, representante da UFABCJr; Arnaldo Rodrigues dos Santos Junior, diretor da
34 InovaUFABC; Bianca Barboza Bertolotto, representante suplente discente de graduação;
35 Catharina Paiola Magnossão, representante da UFABCJr; César Augusto João Ribeiro,
36 representante suplente docente do CCNH; Fabio Danilo Ferreira, diretor adjunto da InovaUFABC;
37 Felipe Carvalho Araújo, representante suplente discente de pós-graduação; Rodrigo Luiz Oliveira
38 Rodrigues Cunha, pró-reitor adjunto de pesquisa; Silas Justiniano Veiga da Silva, representante
39 suplente dos técnicos administrativos; Vanessa Cervelin Segura, pró-reitora adjunta de
40 administração; Vânia Trombini Hernandes, pró-reitora adjunta de graduação. **Apoio**

41 **administrativo:** Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Fabiana Vallini,
42 secretária executiva e Katia Tonello Semmelmann, assistente em administração da Secretaria-
43 Geral. Havendo quórum legal, o presidente abre a sessão às 14h07, com os **Informes da Reitoria**:
44 o presidente, Dácio Roberto Matheus, lamenta pelo elevado número de mortes causadas pelo novo
45 coronavírus. Com relação aos assuntos constantes na pauta, ressalta que houve grande esforço, por
46 parte de todos os envolvidos, para se trazer assuntos pendentes para esta sessão ordinária no intuito
47 de deliberar sobre as demandas administrativas pendentes. Anuncia que os relatórios da Comissão
48 Permanente de Convênios (CPCo) e da Comissão Própria de Avaliação (CPA) serão enviados,
49 pela Divisão de Conselhos da Secretaria-Geral, a todos os conselheiros e aqueles que quiserem
50 fazer algum apontamento acerca dos relatórios, poderão fazê-lo na continuação desta reunião, na
51 próxima semana. Ratificação da Comissão Eleitoral 2021, responsável pela condução das eleições
52 gerais para os Conselhos Superiores. O presidente comunica que será iniciado o novo processo
53 eleitoral para as eleições gerais nos Conselhos Superiores da UFABC, para tanto, anuncia os
54 indicados para compor a Comissão Eleitoral. Sob presidência do primeiro: Silas Leite,
55 representante dos técnicos administrativos; Alessandra Teixeira, representante docente do CECS;
56 Célio Adrega de Moura Junior, representante docente do CCNH; Márcio Fabiano da Silva,
57 representante docente do CMCC; Isabella Berloff Alho, representante discente de graduação;
58 Izabela Loner Santana, representante discente de pós-graduação; Edgard de Oliveira Nogueira,
59 representante do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e Fátima Crhistine Silva,
60 representante da Secretaria-Geral. Em Questão de Ordem, solicita-se que as representações
61 discentes de graduação e de pós-graduação sejam retiradas desta eleição, haja visto que, devido
62 aos acontecimentos da eleição passada, o período de mandato ficou diminuto. Os conselheiros
63 solicitam que excepcionalmente novo processo eleitoral seja elaborado de modo que o mandato
64 do atuais possa ser de 12 meses. Após discussão, define-se que será realizada uma eleição, no
65 início de 2021, para representantes docentes do CCNH, CMCC e CECS, para representantes
66 técnicos-administrativos e para a vacância de representante discente de pós-graduação e, posterior
67 e excepcionalmente, em virtude da peculiaridade, uma segunda eleição, a ser realizada em maio
68 de 2021, para as representações discentes. O presidente elucida que o Regimento do ConsUni
69 prevê que não deve haver disparidade entre os mandatos dos membros dos Conselhos Superiores,
70 portanto, o mandato dos discentes eleitos na segunda eleição deverá ser equiparado ao mandato
71 dos demais membros dos conselhos na eleição subsequente, a ser realizada em 2022. Em votação,
72 as propostas de encaminhamento de eleição extraordinária e equiparação de mandatos são
73 aprovadas por unanimidade. Quanto à Comissão Eleitoral, o presidente esclarece que, em vista do
74 adiamento do processo eleitoral para os discentes de graduação, essa representação será extinguida
75 desta Comissão e restabelecida em momento oportuno, na eleição correspondente e homologa,
76 portanto, a Comissão Eleitoral responsável pela condução das eleições gerais para os Conselhos
77 Superiores, sem a participação da representante discente de graduação, Isabella Berloff Alho.
78 **Informe dos Conselheiros:** 1) o conselheiro Ronei Miotto discorre acerca da 2^a edição do evento
79 Menina Ciência – Ciência Menina que tem por objetivo trazer meninas do Ensino Fundamental II
80 de todo o Brasil para interagirem com a ciência e mostrar os diversos papéis das mulheres
81 cientistas; 2) o conselheiro Silas da Silva convida a todos a participarem da campanha de Natal,
82 realizada anualmente pelo Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do ABC
83 (SinTUABC), com objetivo de arrecadar verba para compra e distribuição de cestas de Natal aos
84 trabalhadores terceirizados da UFABC; 3) o conselheiro Acácio Almeida inicia seu informe
85 lamentando o assassinato de João Alberto Silveira Freitas, em Porto Alegre, cuja morte evidencia
86 o racismo estrutural presente no Brasil. Informa, também, acerca de uma pesquisa realizada com
87 os servidores técnicos-administrativos da UFABC sobre as condição de vida desses trabalhadores,
88 cujo resultado será divulgado a todos em breve. Com base nos resultados, a Pró-Reitoria de
89 Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP), juntamente com outros setores da

90 universidade, já estão pensando em diversas ações a serem realizadas; 4) o conselheiro Rodrigo
91 Cunha comunica acerca do primeiro episódio da série Papos Científicos, que acontecerá dia 3 de
92 dezembro, sobre o panorama mundial das vacinas contra a COVID-19 e contará com a participação
93 do pesquisador Jorge Kalil, professor titular de Imunologia Clínica e Alergia da Faculdade de
94 Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Ordem do Dia: Ata da V sessão ordinária do
95 ConsUni, realizada em 19 e 26 de novembro de 2019. Ata da I sessão conjunta ConsUni e
96 ConsEPE, realizada em 18 de fevereiro de 2020. Ata da I sessão extraordinária do ConsUni,
97 realizada em 23 de junho de 2020. Ata da II sessão extraordinária do ConsUni, realizada em 26 de
98 junho de 2020. O presidente informa que a Secretaria-Geral (SG) não recebeu solicitações de
99 alterações nas Atas listadas e pergunta aos conselheiros se há algum destaque a ser feito. A
100 conselheira Sara Cid informa que enviaria à SG, algumas sugestões de alterações pontuais, que em
101 nada afetam o conteúdo dos documentos. Acatadas as sugestões de alterações, o presidente
102 encaminha as Atas para votação. Atas aprovadas com 4 abstenções. Minuta de resolução de
103 diretrizes orçamentárias 2021. O presidente recorda a todos que este ponto de pauta está na Ordem
104 do Dia pois, além de toda a discussão que houve na Audiência Pública, o documento também
105 passou por deliberação na Comissão de Natureza Orçamentária e Administrativa (Canoa). Passa a
106 palavra à demandante, Mônica Schröder, pró-reitora de planejamento de desenvolvimento
107 institucional, que inicia a apresentação esclarecendo que a Resolução de Diretrizes Orçamentárias
108 (RDO) é o documento que define as regras gerais para a alocação e a execução dos recursos
109 orçamentários da UFABC a cada ano. Apresenta breve histórico acerca da elaboração da minuta
110 que teve seu início em meados de setembro, passando pela Audiência Pública, realizada em 24 de
111 setembro e, finalmente, após deliberação dos representantes da Canoa, a minuta é apresentada ao
112 ConsUni, já com todas as propostas de sugestões incorporadas. Destaca as principais questões e
113 sugestões levantadas nas reuniões: 1) como serão mantidos os auxílios e bolsas, os serviços
114 terceirizados e públicos e, a ampliação do parque tecnológico e laboratorial frente à possível
115 redução orçamentária da UFABC em 2021; 2) como será realizado o enfrentamento dos efeitos da
116 pandemia sobre o funcionamento da Universidade; 3) quais necessidades relativas à consolidação
117 dos *campi* quanto à infraestrutura predial e laboratorial, implantação e/ou atualização das
118 tecnologias de informação, entre outros. A demandante esclarece que em relação à Lei
119 Orçamentária Anual (LOA) de 2020, existe a expectativa para que o Projeto de Lei Orçamentária
120 Anual (PLOA) de 2021 irá contar com 15,9% de corte no Custo Geral, 18,1% de corte no Plano
121 Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e 19,6% de corte no Investimento. Considerando
122 esse panorama, pontua as principais sugestões encontradas no documento: 1) manutenção das
123 bolsas e auxílios da graduação e da pós-graduação que já foram concedidos; 2) manutenção dos
124 serviços terceirizados e serviços públicos essenciais; 3) manutenção da capacitação e qualificação
125 de servidores; 4) manutenção das estruturas laboratoriais; 5) aquisição de serviços e materiais de
126 consumo para as adequações necessárias para a retomada das atividades didáticas e administrativas
127 presenciais, quando possível; 6) aquisição de acervos digitais e Tecnologias da Informação e
128 Comunicação (TIC) necessários para as atividades remotas; 7) conclusão das obras em andamento
129 e; 8) corte nos materiais de consumo e serviços para a realização de eventos como o UFABC para
130 Todos e de simpósios. Com a palavra, a relatora da Canoa, Sara Cid Alvarez, pró-reitora de
131 administração, complementa a apresentação citando que, dos diversos encontros realizados com a
132 comunidade acadêmica, surgiu um documento com as principais contribuições, cujo conteúdo foi
133 utilizado como base na elaboração da RDO 2021. Esclarece que a minuta apresentada é o resultado
134 de uma construção conjunta e em constante evolução que reflete os temas mais sensíveis à UFABC
135 e que está estruturada para orientar as prioridades da universidade no próximo exercício, atendendo
136 às demandas, bem como as readequações necessárias frente à atual crise sanitária. Em discussão,
137 os conselheiros parabenizam a todos os envolvidos na construção do documento e levantam os
138 seguintes pontos: 1) inclusão, nas cláusulas de promulgação, do Ato Decisório ConsUni nº 188,

139 de 19 de novembro de 2020, que aprova o Plano de retomada gradual de atividades presenciais na
140 UFABC; 2) correção na numeração da ordem de prioridades das bolsas no inciso I, Art. 3º, onde
141 se lê: “(4) demais modalidades de bolsas”, leia-se: “(5) demais modalidades de bolsas”. Em
142 respostas aos apontamentos realizados, a demandante, Mônica Schröder, agradece os comentários
143 e acata a sugestão de inclusão do Ato Decisório ConsUni nº 188 no início da Resolução e a
144 correção na numeração da ordem de prioridades das bolsas no inciso I, Art. 3º. Como nenhum
145 conselheiro deseja fazer uso da palavra, o presidente encaminha o documento para votação. A
146 Resolução de Diretrizes Orçamentárias 2021 é aprovada por unanimidade. O presidente aproveita
147 a ocasião para informar a todos que houve o restabelecimento, pela bancada paulista no Congresso
148 Nacional, do recurso orçamentário destinado às instituições federais de ensino superior do Estado
149 de São Paulo e, também, informa sobre as discussões que vêm sendo realizadas acerca da Proposta
150 de Emenda da Constituição (PEC) 24/2019 que exclui as despesas de instituições federais de
151 ensino da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias. Revisitação
152 do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O presidente ressalta que a revisitação do Plano
153 de Desenvolvimento Institucional (PDI) é imposta pelo próprio documento, que determina a
154 revisão de suas metas, no prazo médio de cinco anos. Destaca, ainda, que o PDI já foi objeto de
155 debate em sessão conjunta ConsUni e ConsEPE, realizada no início do ano, todavia, em
156 decorrência da pandemia e todos seus desdobramentos, não foi possível sua deliberação na sessão
157 ordinária do ConsUni imediatamente subsequente. Passa a palavra à representante do Grupo de
158 Trabalho (GT) responsável pela condução das discussões que resultaram no documento
159 apresentado, Mônica Schröder, que pontua os dois motivos direcionadores da revisitação do PDI:
160 i) a necessidade de averiguar a eficiência da UFABC, sob a ótica do que foi alcançado e o que se
161 deseja alcançar, sobretudo no que está contido no Capítulo 9 do documento; ii) a mudança de
162 cenário recente, que trouxe restrições relativas à expansão dos recursos humanos e a manutenção
163 do orçamento universitário, que são elementos cruciais ao atingimento dos objetivos pretendidos
164 no PDI. Discorre sobre as etapas de elaboração do PDI, que passou por diversos diálogos com
165 todas as áreas da universidade até que chegasse à discussão, em reunião conjunta dos Conselhos
166 Superiores. Relembra que, na ocasião da reunião conjunta, ocorrida em fevereiro, foi
167 disponibilizado um formulário para que os conselheiros apresentassem sugestões e propostas de
168 alteração do PDI, e que estas deveriam ater-se ao Capítulo 5, que trata das diretrizes e
169 recomendações. Ao todo, o GT recebeu 15 propostas, sendo todas acolhidas pelo GT. A relatora
170 destaca que a compreensão a que se chegou, com base no diagnóstico realizado junto à comunidade
171 UFABC foi que parte das metas quantitativas e de expansão, estabelecidas no PDI, não foram
172 alcançadas e, muito provavelmente, diante dos cenários que a universidade tem lidado, algumas
173 outras não serão alcançadas até 2022. Em vista disso, Mônica Schröder ressalta a importância de
174 que se busque um nível intermediário de cumprimento dessas metas, de modo que não se perca a
175 essência do documento, destacando que é nesse sentido que a discussão das diretrizes estabelecidas
176 no Capítulo 5 deve andar. Em seguida, a relatora comenta sobre as diretrizes: a) manutenção da
177 inovação sempre à vista, que, basicamente, trata da criação de 2 novos bacharelados
178 interdisciplinares (BI), os cursos de “Artes e Tecnologia” e o de “Ciências da Vida”, considerando
179 as particularidades da criação de cada um, bem como os cursos pós-BI decorrentes deles; b)
180 planejamento da expansão da graduação da UFABC, a partir de iniciativas de baixo impacto em
181 termos de novos recursos, levando em consideração todas as variáveis e discussões em curso na
182 universidade; c) avaliar a expansão da graduação da UFABC, na Educação à Distância (EaD), de
183 acordo com as especificidades do projeto pedagógico da universidade, no sentido de verificar seu
184 impacto na qualidade de ensino na universidade; d) planejamento da expansão da pós-graduação
185 da UFABC, por meio dos programas já existentes na universidade; e) assegurar a consolidação da
186 infraestrutura da UFABC, dando atenção às obras em andamento, sobretudo à construção do Bloco
187 *Lambda*, no *campus São Bernardo*; f) consolidação e expansão dos recursos humanos da UFABC.

188 Por fim, o GT fez três recomendações: i) a implantação de um único observatório que atenda a
189 todos os pontos citados no PDI, tendo em vista as limitações orçamentárias e de servidores, uma
190 vez que o documento prevê 3 observatórios distintos; ii) aprofundar o aprimoramento da coleta de
191 dados e ampliação da análise de dados da graduação e das especificidades do projeto pedagógico
192 da UFABC; iii) definição de metas para os seguintes temas, no próximo PDI: comunicação com a
193 comunidade acadêmica externa; ações afirmativas e de inclusão e permanência; extensão e cultura;
194 pesquisa e inovação; infraestrutura; serviços de tecnologia de informação e comunicação; gestão
195 sustentável; e metas de evasão e retenção. Finda a apresentação, em discussão, são realizados os
196 seguintes apontamentos: 1) questiona-se se é pertinente a aprovação de um documento como o
197 PDI, tendo em vista o cenário desenhado pela pandemia para o futuro e as metas estabelecidas no
198 documento, que não o abarcam, pontuando-se a criação dos dois BI como não sendo oportunas
199 para o momento, por exemplo; 2) questiona-se sobre o nível de prioridade que está sendo dado às
200 diretrizes, sobretudo sob a perspectiva de criação do observatório proposto; 3) apoia-se a
201 priorização da criação dos dois novos BI, independentemente do cenário que se apresenta com a
202 pandemia, acreditando-se que os dois novos cursos dariam à UFABC a capacidade de prover
203 competências cruciais ao desenvolvimento regional; 4) defende-se que a manutenção das metas da
204 universidade são importantes, independentemente da conjuntura, pontuando-se não ser salutar à
205 continuidade do ensino superior público a simples adequação das universidades aos cenários
206 adversos, como, por exemplo, a redução orçamentária; 5) propõe-se que a redação que trata da
207 criação do observatório seja mais clara ao estabelecer sua criação, não apenas dando essa
208 possibilidade; 6) questiona-se a quem caberá a criação do plano, solicitando-se que uma
209 providência sobre o assunto seja dada ao ConsUni até à I sessão ordinária de 2021. Em resposta,
210 Mônica Schröder explica que o PDI em discussão foi construído em 2013, momento quando não
211 se via um cenário como o atual, trazido pela pandemia. Destaca que as priorizações da revisitação
212 do PDI, bem como o atingimento de suas metas não têm como objetivo diminuir os impactos da
213 pandemia, mas de buscar o atendimento daquilo que foi estabelecido como pacto junto à
214 comunidade UFABC, quando da criação do documento. Pontua que, dessa forma, a universidade,
215 ao passo que enfrenta os problemas decorrentes da atual crise de saúde mundial, não trava seu
216 desenvolvimento institucional, que é crucial para o futuro. Nesse sentido acreditar que o próximo
217 PDI, diferentemente do atual, diante dos novos cenários, certamente os levará em consideração,
218 quando da elaboração de suas metas. O presidente, reforçando a fala da demandante, acredita que
219 a aprovação dos dois novos BI não só reafirma o que foi planejado em 2013, como garante a
220 manutenção da estruturação da UFABC, no que diz respeito à ciência e tecnologia, mesmo diante
221 de um cenário adverso, destacando a importância dos dois cursos como resposta à própria
222 pandemia. Além disso, acredita ser importante, inclusive, que sejam contextualizados no
223 documento os momentos distintos pelos quais passou, uma vez que nem todas as políticas nele
224 estabelecidas, inicialmente, permanecem, seja por fatores políticos, econômicos ou sociais. Quanto
225 ao questionamento sobre a criação do observatório, Mônica Schröder informa que a perspectiva é
226 seja implantado ainda na vigência do PDI atual, conforme sugestão do GT, podendo, assim,
227 debruçar-se sobre questões como a evasão e retenção, mesmo sendo uma recomendação para o
228 próximo PDI. O presidente complementa que, apesar de a criação do observatório constar no PDI
229 desde a elaboração do documento, sua implantação ainda não foi realizada pelo fato de haver
230 dúvidas quanto à metodologia pela qual se daria sua concepção. Ademais, pontua que nos últimos
231 anos têm havido movimentos no sentido de buscar a melhor forma de fazê-lo, inclusive, junto a
232 outras instituições, sendo que os frutos dessas ações, aliados aos caminhos que o GT propôs para
233 essa implantação, têm dado margem para a concretização dessa meta, até o fim do PDI atual. O
234 presidente conclui entender que, aprovar a revisitação em pauta é autorizar a criação do
235 observatório único, conforme proposto pelo GT, o que acredita ser salutar aos objetivos
236 pretendidos. O vice-presidente, Wagner Carvalho, comenta sobre a sua participação em um curso

237 de métricas juntamente com outras instituições. Explica que aquilo que está sendo proposto pelo
238 GT conversa com o que outras instituições têm feito, com relação à metodologia de implantação
239 de observatórios, reforçando a direção certa tomada pela UFABC. Reforça o apoio à sugestão do
240 GT. Retomando a palavra, a demandante propõe a inserção de uma redação, como um 4º parágrafo,
241 na diretriz “a”, do Capítulo 5 do relatório, no sentido de contextualizar o processo de cumprimento
242 de metas pela universidade, diante das crises sanitária, política e orçamentária, bem como suas
243 decorrências e impactos na sociedade. Não há manifestações contrárias à inserção do texto, sendo,
244 então, inserido no documento. Quanto à recomendação que trata da viabilização da criação do
245 observatório, altera o texto, passando a ser uma recomendação de implantação do observatório,
246 não apenas de viabilidade de sua criação, conforme sugestão. Não há manifestação contrária à
247 alteração, sendo inserida no documento. O presidente reforça que a aprovação do presente relatório
248 de revisitação do PDI, conforme o proposto pelo GT, e as alterações em deliberação, já autoriza a
249 execução do que estiver estabelecido, carecendo, no caso da criação do observatório, de
250 formalização por meio de ato administrativo ou resolução, a depender da matéria e formato no
251 qual for elaborado. Todavia, reforça que, em qualquer caso, será levado à apreciação deste
252 Conselho, antes da I sessão ordinária de 2021. Não havendo mais manifestações, o presidente
253 encaminha o documento de revisitação do PDI, proposto pelo GT, para votação. Aprovado por
254 unanimidade. Minuta de Resolução que normatiza a criação, funcionamento e o reconhecimento
255 institucional das Empresas Juniores na UFABC. O relator da matéria, Arnaldo Rodrigues, informa
256 que o documento será apresentado em conjunto com 2 discentes de graduação, Alberto Setúbal e
257 Catharina Paiola, representantes da Empresa Júnior da UFABC, e com o técnico-administrativo
258 Fábio Ferreira, que é diretor-adjunto da InovaUFABC. Arnaldo Rodrigues inicia informando sobre
259 a necessidade de normatização institucional das Empresas Juniores na UFABC, que decorre da
260 Lei nº 3.267, de abril de 2016. Explica que a InovaUFABC é a responsável pelas empresas juniores
261 no âmbito da UFABC. Atualmente, há apenas uma empresa júnior constituída e outra em vias de
262 ativação de seu CNPJ. Destaca que a formulação da minuta em pauta contou com a participação
263 das entidades estudantis da UFABC e do Núcleo de Empresas Juniores do Estado de São Paulo
264 (NEJESP), que faz parte da Federação de Empresas Juniores do Estado de São Paulo (FEJESP).
265 A discussão e aprovação do texto foi inicialmente realizada pelo Conselho Técnico-Científico da
266 InovaUFABC (CTC-InovaUFABC), que conta com diversas representações da UFABC, incluindo
267 direções de Centro e Pró-Reitorias. Os representantes da UFABC Júnior, Alberto Setúbal e
268 Catharina Paiola apresentam a instituição, destacando os seguintes pontos: i) a empresa foi fundada
269 em 2011 e seus primeiros projetos ocorreram em 2013, internamente, na própria UFABC; ii) o
270 primeiro projeto remunerado externo foi realizado em 2014, para a Universidade de São Paulo
271 (USP); iii) a empresa investe seus faturamentos na capacitação e treinamento de seus membros,
272 sendo que, atualmente já custeia todo o desenvolvimento de seu pessoal; iv) em 2020, 100% dos
273 membros da empresa já se envolveu com algum tipo de projeto; v) a empresa realiza projetos em
274 conjunto com outras empresas juniores de diversos outros seguimentos; vi) a empresa já atua com
275 mais 150 empresas em todo o Brasil, incluindo a DASA, rede integrada de saúde, maior empresa
276 de medicina diagnóstica da América Latina; vii) em 2020, a empresa realizou seu primeiro projeto
277 internacional junto a uma empresa de Portugal; viii) a missão da empresa é proporcionar soluções
278 inteligentes, fomentando empreendedorismo consciente na Região do Grande ABC e a formação
279 de agentes transformadores, sendo esses os próprios estudantes; ix) a visão da empresa é ser a
280 maior aceleradora de estudantes do ABC, até o ano de 2020; x) sua cultura e os seus valores são:
281 sede de conhecimento e fome de aplicação; vista camisa ou vista pijama; compromisso com o
282 resultado; transformação de jovens e criação de futuros; xi) a empresa realiza projetos de
283 consultoria, sendo: pesquisas de mercado; marketing e marketing digital; mapeamento de
284 processos; *business intelligence*; plano de negócio; e desenvolvimento de sites e *e-commerce*; xii)
285 a UFABC Júnior conta com várias parcerias com empresas externas que apoiam e validam os

286 projetos. Arnaldo Rodrigues complementa informando que o trabalho realizado pela UFABC
287 Júnior foi premiado em 2017, 2018 e 2019, havendo grande possibilidade de que isso se repita em
288 2020. Em discussão, levantam-se os seguintes pontos: 1) questiona-se, no parágrafo único, do Art.
289 2º da minuta, sobre quem seriam os referidos quando se utiliza o termo “associados”; 2) no Art.
290 6º, quanto ao termo “integrantes”, questiona-se se ele abrange os docentes orientadores; 3)
291 questiona-se sobre a necessidade de manutenção do que prevê o inciso II, do Art. 6º, que trata da
292 vedação a manifestações ideológicas ou político-partidárias, uma vez que as interpretações sobre
293 o que configuraria essas manifestações são abrangentes; 4) sugere-se que seja explicitado que a
294 InovaUFABC é a responsável pela apreciação do relatório de atividades do exercício das empresas
295 juniores, na UFABC; 5) levanta-se preocupação quanto ao responsável pelo fornecimento de
296 suporte institucional, técnico e material às empresas juniores, na UFABC, uma vez que, pelo que
297 se lê, essa responsabilidade é dada aos Centros, informando-se a impossibilidade dessa previsão;
298 6) questiona-se se existe possibilidade de interação das empresas juniores com projetos de pós-
299 graduação e como se daria essa relação; 7) sugere-se que seja dada ampla divulgação sobre as
300 atividades da UFABC Júnior na página eletrônica da UFABC; 8) questiona-se se existe a
301 possibilidade de uma Empresa Júnior vir a ser desvinculada da UFABC, caso venha a ter grande
302 destaque no mercado; 9) sugere-se que haja uma normatização das relações entre empresas
303 juniores, no âmbito da UFABC, pela InovaUFABC, tal qual existe no âmbito empresarial externo,
304 tendo em vista a evitar quaisquer transtornos nesse sentido; 10) sugere-se que a etapa de aprovação
305 do plano acadêmico pelo Conselho de Centro seja retirada, uma vez que não constitui uma
306 atividade remunerada por parte do docente que atua junto à empresa júnior; 11) discorda-se da
307 retirada da apreciação pelos Conselhos de Centro, uma vez que o procedimento é importante para
308 que essas instâncias tenham ciência das atividades que o docente estiver realizando na
309 universidade. Em resposta, Arnaldo Rodrigues informa que os termos utilizados referem-se a todos
310 os membros integrantes das empresas juniores, incluindo discentes e docentes orientadores.
311 Quanto ao previsto no inciso II, do Art. 6º, o relator informa que o dispositivo decorre de lei,
312 motivo pelo qual foi inserido e mantido na minuta ao longo das discussões. Com relação ao
313 responsável pela apreciação do relatório de atividades realizadas no exercício, Fábio Ferreira
314 informa que a própria InovaUFABC teria essa incumbência, que decorre do previsto na Resolução
315 nº 143, do ConsUni, acatando-se a sugestão de explicitação dessa previsão na minuta. No que diz
316 respeito ao suporte institucional, concorda que há espaço para que isso seja explicitado, sugerindo
317 que, a InovaUFABC seja a responsável pelo recebimento da demanda e realize as interlocuções
318 com os setores afins da UFABC, na busca pelo suporte necessário, devendo aprovar o plano, ou
319 não, antes de encaminhá-lo para aprovação pelos Conselhos de Centro. Dessa maneira, não se
320 vincula a responsabilidade de suporte a apenas uma área da universidade, bem como se garante
321 que o apoio seja dado da maneira mais adequada possível às empresas juniores, evitando qualquer
322 prejuízo aos interesses da própria universidade, ficando a cargo do Conselho de Centro a aprovação
323 do plano acadêmico e, não necessariamente, a obrigação pelo suporte. Explica que não é possível
324 que seja retirada a participação do Conselho de Centro desse processo, tendo em vista que a lei
325 exige que o órgão colegiado de ensino aprove o plano. Essa proposição é aceita pelo proponente e
326 acatada pelo demandante. No tocante à integração da UFABC Júnior à pós-graduação da UFABC,
327 Fábio Ferreira diz haver a possibilidade de parceria, que se daria por meio de um termo de
328 colaboração com a própria UFABC, carecendo de um objeto específico, neste caso. O presidente
329 informa que a assessoria de comunicação e imprensa (ACI) da UFABC já está em conversas com
330 a UFABC Júnior para que seja dado o destaque merecido ao trabalho realizado pela empresa.
331 Retomando a palavra, Arnaldo Rodrigues, sobre a possibilidade de desvinculação de uma empresa
332 júnior da UFABC, informa que ela existe, todavia, é necessário que haja uma mudança de
333 personalidade jurídica, o que implica em deixar de ser uma empresa sem fins lucrativos, inclusive,
334 alterando seu CNPJ e nome fantasia. Quanto à proposta de criação de uma normativa, pela

335 InovaUFABC, para regramento das relações entre as empresas juniores da UFABC, o relator acata
336 a proposta, no Art. 11 da minuta. Não havendo mais comentários, o presidente encaminha a minuta
337 para votação, consignadas as alterações sugeridas e acatadas pela relatoria. Aprovada por
338 unanimidade. A Mesa parabeniza o excelente trabalho realizado pela InovaUFABC e pela UFABC
339 Júnior, ressaltando a importância da regulamentação aprovada para o desenvolvimento do
340 empreendedorismo na comunidade UFABC e no seu entorno. Dado o avançado das horas, o
341 presidente informa que a sessão terá continuação em 1º de dezembro. Como nenhum dos
342 participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de todos e encerra a
343 reunião às 18h15.-----

344 Ao 1º dia do mês de dezembro do ano de 2020, no horário das 14h, remotamente por meio de
345 videoconferência, realiza-se a continuação da V sessão ordinária do Conselho Universitário
346 (ConsUni) da Universidade Federal do ABC (UFABC) do ano de 2020, previamente convocada
347 e presidida pelo magnífico vice-reitor, Wagner Alves Carvalho, com a presença dos seguintes
348 **conselheiros**: Acácio Sidinei Almeida Santos, pró-reitor de Assuntos Comunitários e Políticas
349 Afirmativas; Ana Paula Romani, representante docente do Centro de Engenharia, Modelagem e
350 Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Armando Caputi, representante docente do Centro de
351 Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Beatriz Baria Vieira, representante discente de
352 graduação; Carlos da Silva dos Santos, representante docente do CMCC; Eduardo Guéron,
353 representante docente do CMCC; Eduardo Lucas Subtil, representante suplente docente do CECS;
354 Evonir Albrecht, pró-reitor adjunto de extensão e cultura; Fernando Luiz Cássio Silva,
355 representante docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Francisco de Assis
356 Zampirolli, representante docente do CMCC; Geovane Oliveira de Sousa, representante dos
357 técnicos administrativos; Gustavo Martini Dalpian, representante docente do CCNH; Gustavo
358 Morari do Nascimento, representante docente do CCNH; Harki Tanaka, diretor do CECS; João
359 Paulo Gois, pró-reitor adjunto de pós-graduação; Júlia Clauson, representante suplente discente de
360 graduação; Kate Mumhy Oliveira Kumada, representante suplente docente do CCNH; Laura
361 Passarella Carajoinas, representante discente de graduação; Lucas Faustino de Oliveira,
362 representante discente de graduação; Marcelo Bussotti Reyes, diretor do CMCC; Mônica
363 Schröder, pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Natália Gea,
364 representante suplente dos técnicos administrativos; Otto Müller Patrão de Oliveira, representante
365 docente do CCNH; Paula Ayako Tiba, pró-reitora de graduação; Raquel Vecchio Fornari,
366 representante docente do CMCC; Regimeire Oliveira Maciel, representante suplente docente do
367 CECS; Renata Silva, representante dos técnicos administrativos; Roberta Kelly Amorim de
368 França, representante dos técnicos administrativos; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Sara Cid
369 Mascareñas Alvarez, pró-reitora de administração; Sônia Maria Malmonge, pró-reitora de
370 pesquisa. **Ausências justificadas**: Dácio Roberto Matheus, reitor; Glenda Lorena Mezarobba,
371 membro da comunidade civil; Marcelo Furlin, membro da comunidade civil. **Ausentes**: Alberto
372 Sanyuan Suen, representante docente do CECS; Itana Stiubiener, representante docente do CMCC;
373 Luciana Zaterka, representante docente do CCNH; Rayssa Saidel Cortez, representante discente
374 de pós-graduação; Rodrigo de Freitas Bueno, representante docente do CECS. **Não votantes**:
375 Daniel Pansarelli, secretário-geral; Bianca Barboza Bertolotto, representante suplente discente de
376 graduação; Carolina Gabas Stuchi, diretora da Associação dos Docentes da Universidade Federal
377 do ABC (ADUFABC); José Blanes Sala, docente do CECS; Luiza Trimer Galvão Leite,
378 representante suplente discente de graduação; Silas Justiniano Veiga da Silva, representante
379 suplente dos técnicos administrativos; Tatiana Keimi Izumi, assistente social; Vanessa Cervelin
380 Segura, pró-reitora adjunta de administração; Vânia Trombini Hernandes, pró-reitora adjunta de
381 graduação; Wanius José Garcia da Silva, presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente
382 (CPPD); Wesley Góis, vice-presidente da CPPD. **Apoio administrativo**: Fabiane de Oliveira
383 Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Fabiana Vallini, secretária executiva e Kátia Tonello

384 Semmelmann, assistente em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o
385 presidente em exercício, Wagner Carvalho, abre a sessão às 14h02, justificando a ausência do
386 presidente, Dácio Matheus, que se encontra em afastamento médico. No ensejo, convida o
387 conselheiro Ronei Miotto para compor a Mesa. **Ordem do dia:** Minuta de Resolução de criação
388 da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UFABC (CSMV-UFABC) para Ensino, Pesquisa e Extensão
389 sobre Refúgio/ Refugiados e Migrantes. Em virtude de a relatora Maria Gabriela Marinho estar
390 em período de férias, o conselheiro Acácio Almeida realiza a apresentação da relatoria. Apresenta
391 breve histórico da proposta, destacando que a Cátedra Sérgio Vieira de Mello foi instituída pelo
392 Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em 2003, e que seus trabalhos
393 foram iniciados na UFABC em 2014, vinculada ao Núcleo de Ciência, Tecnologia e Sociedade da
394 UFABC (NCTS), por meio de um convênio com a ACNUR. Com a extinção do NCTS, em 2016,
395 a cátedra passou a ter maior espaço institucional, ampliando o número de membros, atividades e
396 avançando em frentes como a garantia da reserva de vagas para refugiados e a bonificação nas
397 taxas de reconhecimento de diplomas estrangeiros. Apesar desses avanços, desde à extinção do
398 NCTS, a cátedra não está formalmente identificada na estrutura institucional da UFABC, motivo
399 pelo qual se fez necessária a proposta de sua criação como órgão de apoio acadêmico e
400 complementar, vinculado à Reitoria. Acácio acrescenta que, junto à proposta, segue o termo de
401 colaboração técnico-científico, a proposta de regimento interno da cátedra e o relatório de
402 atividades desenvolvidas em 2015 e 2016, destacando que tais documentos atestam a relevância
403 dos trabalhos desenvolvidos pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UFABC (CSMV-UFABC),
404 bem como evidenciam a preocupação da UFABC com o tema refúgio/refugiados e migrantes. Por
405 fim, Acácio destaca as recomendações deixadas pela relatoria, que sugere: i) explicitação, no
406 regimento, dos critérios, procedimentos e mecanismos de renovação da coordenação; ii) inserção
407 da possibilidade de participação de membros externos à UFABC, que tenham interesse e
408 engajamento com a área de atuação da CSMV-UFABC; iii) construção de mecanismos de maior
409 interação social e institucional, ampliando sua articulação com a Pró-Reitoria de Extensão e
410 Cultura (ProEC) e a participação discente, de modo a atender, inclusive, à necessidade de
411 cumprimento de créditos de extensão; iv) implementação regimental de mecanismos de divulgação
412 e publicidade de suas atividades, visando não só a atender à transparência como também a ampliar
413 seu alcance social e institucional; v) incluir, no final do Art. 1º, a redação “vinculado à Reitoria,
414 bem como formalizar todos os atos precedentes”. Em conclusão, Acácio Almeida destaca que a
415 relatoria manifesta parecer favorável à aprovação do documento, ressalvadas as observações
416 realizadas. Em seguida, José Blanes, demandante da proposta, informa acatar todas as
417 recomendações realizadas pela relatoria. Em discussão, os seguintes apontamentos são realizados:
418 1) sugere-se a inserção, na ementa, do termo “solicitantes de refúgio”, como consta nos
419 documentos de reserva de vagas para refugiados; 2) sugere-se à inserção, na cláusula de
420 promulgação que trata da instituição da CSMV pela ACNUR, do ano em que ocorreu esse fato; 3)
421 sugere-se, no Art. 4º, que se altere o termo “passa a coordenar” para “coordenará”; 4) sugere-se
422 que a Reitoria, através de Portaria, nomeie um GT responsável pela elaboração e aprovação do
423 regimento interno da CSMV-UFABC, uma vez que a esta ainda não está instituída formalmente.
424 A esta proposta, sugere-se que seja colocada como uma disposição transitória na resolução. O
425 demandante da matéria acata as sugestões de inclusão do termo “solicitantes de refúgio” e a
426 inclusão do ano de criação das cátedras, no considerando correspondente. Acata, também, a
427 alteração sugerida para o Art. 4º. Ademais, acata a proposta de que o regimento interno da CSMV-
428 UFABC seja elaborado por um GT designado pela Reitoria. Dada a concordância da área
429 demandante, o texto sugerido é inserido na minuta na forma do Art. 9º, nas disposições transitórias.
430 Não havendo mais comentários, o presidente encaminha a resolução, consignadas as sugestões
431 acatadas pela área demandante, para votação. Aprovada por unanimidade. Minuta de Resolução
432 de instituição da Comissão de Políticas Afirmativas da UFABC, que revoga e substitui a Resolução

433 ConsUni nº 107. A relatora, Natália Géa, inicia a apresentação discorrendo acerca do histórico da
434 proposta que contou com debates em diversas instâncias na UFABC com o intuito de atualizar a
435 Resolução, ampliando a participação de outros setores na Comissão de Políticas Afirmativas
436 (CPAf), assim como rever suas competências. Acerca das alterações, pontua as principais: 1) correção na ordem das etapas do inciso III, Art. 1º, onde se lê: “aprovar a aplicação e a destinação
437 de recursos orçamentários”, leia-se: “aprovar a destinação e a aplicação de recursos
438 orçamentários”; 2) no inciso V, Art. 1º, ampliação dos programas de apoio para toda a comunidade
439 acadêmica, não só para os discentes; 3) no Art. 2º, sugere-se a adição de um membro da Pró-
440 Reitoria de Pós-Graduação, um membro da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e um membro da
441 categoria de trabalhadores terceirizados na CPAf, permitindo que a comissão adquira um número
442 ímpar de membros e ampliando a participação da comunidade acadêmica da UFABC. Quanto à
443 participação dos trabalhadores terceirizados, a relatora sugere que seja realizada através do GT de
444 Acolhimento, tendo em vista a multiplicidade de empresas que prestam serviços à UFABC e por
445 saber que não há a possibilidade de interferência na forma de gestão dessas empresas e,
446 consequentemente, na estabilidade dos funcionários que queiram participar da comissão. Por fim,
447 sugere a aprovação da Resolução com as propostas de alterações apresentadas. O pró-reitor de
448 Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas, Acácio Almeida, destaca a importância da
449 atualização da Resolução ConsUni nº 107, principalmente no atual contexto pandêmico, a fim de
450 ampliar a cobertura do atendimento dado pelos programas de apoio a todos aqueles que necessitam.
451 Em discussão, os conselheiros parabenizam a todos os envolvidos pelo trabalho realizado e
452 destacam os seguintes pontos: 1) solicita-se a garantia da participação dos trabalhadores
453 terceirizados na CPAf; 2) solicita-se ponderação na nomeação do trabalhador terceirizado para a
454 participação na CPAf, uma vez que o contrato da empresa pode findar-se na metade do mandato,
455 deixando a representação vacante na comissão, prejudicando, desta maneira, o trabalho a ser
456 realizado; 3) sugere-se a inclusão de um membro representante do grupo de refugiados e
457 imigrantes. Em resposta, Acácio Almeida, agradece pelos elogios e pela lembrança da importância
458 de se ter na CPAf um membro representante dos refugiados. Elucida que há um diálogo junto aos
459 setores responsáveis pelos editais de contratação de empresas terceirizadas, no sentido de se
460 garantir, da melhor maneira possível e legal, que os trabalhadores que queiram participar ou se
461 candidatar para comissões na UFABC, não sejam prejudicados pelas empresas. Natália Gea
462 complementa mencionando que o GT de Acolhimento seria a melhor alternativa para se garantir a
463 justa participação dos terceirizados nas comissões. Quanto à sugestão de inclusão de um membro
464 representante dos refugiados, a relatora acata a proposta, porém, sugere que seja retirado o membro
465 adicional da Pró-Reitoria de Pós-Graduação para que a CPAf permaneça com um número ímpar
466 de participantes. A área demandante acata a sugestão da relatora. Findas as discussões, o presidente
467 encaminha o documento, com as alterações aprovadas, para votação. Resolução aprovada por
468 unanimidade. Minuta de Resolução que normatiza os Programas de Apoio ao estudante de
469 graduação da UFABC, revoga e substitui a Resolução ConsUni nº 59, de 2011, e a Resolução
470 ConsUni nº 88, de 2012. A relatora, Roberta Kelly França, destaca os principais pontos de sua
471 relatoria: 1) inclusão de outro artigo com o seguinte texto: “Art. 3º: As modalidades dos programas
472 de apoio descritas nesta resolução, serão regidas por editais específicos. §1º: Os editais para
473 seleção dos estudantes que concorrerão a essas modalidades está condicionada a existência de
474 recurso orçamentário definidos pela Resolução de Diretrizes Orçamentárias. §2º: Na ausência de
475 recursos para viabilizar todas as modalidades, competirá a CPAf definir qual/quais entre elas será
476 priorizada”; 2) no Art. 3º da seção I, onde se lê: “As seguintes modalidades de auxílios poderão
477 ser concedidas, podendo-se conceder mais de uma modalidade a um mesmo estudante”, leia-se:
478 “As seguintes modalidades de auxílios poderão ser concedidas, sendo permitido ao estudante
479 concorrer a mais de uma modalidade descrita nesta seção, se comprovada a necessidade”; 3) no
480 inciso II da seção I, onde se lê: “...que necessitem morar fora de sua residência familiar para estudar
481

482 na UFABC”, leia-se: “...que necessitem morar fora de sua residência familiar para estudar na
483 UFABC, priorizando os estudantes procedentes de outros estados, da Região Metropolitana de São
484 Paulo (RMSP) e da Baixada Santista (RMBS)”; 4) substituição da expressão “subvenção
485 financeira”, por “subsídio financeiro”, em todo o documento; 5) substituição de todo o texto do
486 inciso VIII da seção I, por: “Auxílio Saúde: consiste em subsídio financeiro, com periodicidade de
487 desembolso mensal e por tempo determinado, destinada ao estudante dos grupos de maior
488 vulnerabilidade social (pretos, pardos, indígenas, refugiados e pessoas transgêneras) com exceção
489 das pessoas com deficiência que já são amparadas pela Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, lei
490 de inclusão da pessoa com deficiência, com necessidade de submeter-se a tratamento de saúde,
491 indisponível ou de longa espera no Sistema Único de Saúde (SUS), não disponibilizado pela
492 UFABC, como tratamento odontológico, psiquiátrico e/ou psicológico”; 6) exclusão dos Art. 6º
493 ao 13 e dos Art. 18 ao 21, possibilitando maior autonomia para a CPAf e para os servidores da
494 ProAP, além de simplificar o documento, retirando do texto elementos específicos que devem
495 constar nos editais dos programas de apoio. Por fim, a relatora destaca a importância desta
496 Resolução para a política inclusiva da UFABC e manifesta concordância com sua aprovação com
497 as propostas de alterações apresentadas. O representante da área demandante, Acácio Almeida,
498 tece elogios à relatora pelo trabalho realizado e acata as propostas de alterações citadas, porém,
499 faz algumas sugestões: 1) no Art. 2º da seção Resolve, onde se lê: “São candidatos aos Programas
500 de Apoio somente os estudantes com renda familiar *per capita*...”, leia-se: “São candidatos
501 elegíveis aos Programas de Apoio prioritariamente os estudantes com renda familiar *per capita*...”;
502 inclusão no Art. 2º da seção Resolve, de dois parágrafos: “§1º As ações de assistência estudantil
503 devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a
504 melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão
505 decorrentes da insuficiência de condições financeiras. §2º Os editais específicos considerarão os
506 critérios de renda sem prejuízo dos perfis de vulnerabilidade conforme as ações afirmativas
507 praticadas pela UFABC, seguindo as portarias específicas da ProAP sobre o tema”; 3) no §2º do
508 Art. 3º, proposto pela relatora, para a seção Resolve, onde se lê: “Na ausência de recursos para
509 viabilizar todas as modalidades, competirá a CPAf definir qual/quais entre elas será priorizada”,
510 leia-se: “Na falta ou insuficiência de recursos orçamentários para viabilizar todas as modalidades,
511 competirá à CPAf definir qual/quais entre elas será priorizada”; 4) no Art. 3º da seção I, onde se
512 lê: “As seguintes modalidades de auxílios poderão ser concedidas, sendo permitido ao estudante
513 concorrer a mais de uma modalidade descrita nesta seção, se comprovada a necessidade”, leia-se:
514 “As seguintes modalidades de auxílios poderão ser concedidas, sendo permitido ao estudante
515 concorrer e ser atendido por mais de uma modalidade descrita nesta seção, se comprovada a
516 necessidade”; 5) no inciso II da seção I, onde se lê: “...que necessitem morar fora de sua residência
517 familiar para estudar na UFABC, priorizando os estudantes procedentes de outros estados, da
518 Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e da Baixada Santista (RMBS)”, leia-se: “...que
519 necessitem morar fora de sua residência familiar para estudar na UFABC, priorizando os
520 estudantes procedentes de localidades que não componham a Região Metropolitana de São Paulo
521 e Região Metropolitana da Baixada Santista, porém, sem prejuízo dos moradores destas regiões”;
522 6) no inciso X da seção I, onde se lê: “...possa suprir necessidades de aquisição e adaptação de
523 ferramentas individuais de Tecnologia Assistiva para a viabilização da permanência qualificada
524 na UFABC”. Leia-se: “...possa suprir necessidades de aquisição e adaptação de ferramentas
525 individuais de Tecnologia Assistiva nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015, para a viabilização
526 da permanência qualificada na UFABC”. A relatora concorda com as alterações propostas pela
527 área demandante, portanto, consideram-se as alterações incorporadas ao documento. Em
528 discussão, são levantados os seguintes pontos: 1) sugere-se a inserção no Art. 3º da seção I, de um
529 parágrafo com o seguinte texto: “§1º Caberá a CPAf a aprovação dos editais de cada um dos
530 programas de apoio”; 2) sugere-se no Art. 2º da seção Resolve, onde se lê: “São candidatos

531 elegíveis aos Programas de Apoio prioritariamente os estudantes com renda familiar per capita...”,
532 leia-se: “São candidatos elegíveis aos Programas de Apoio prioritariamente os estudantes do
533 ensino de graduação com renda familiar per capita”; 3) sugere-se, no inciso X da seção I, onde se
534 lê: “...possa suprir necessidades de aquisição e adaptação de ferramentas individuais de Tecnologia
535 Assistiva”, leia-se: “...possa suprir necessidades de aquisição e adaptação de Tecnologia
536 Assistiva”; 4) sugere-se a inclusão, na seção das atribuições, do seguinte texto: “considerando a
537 Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei da Brasileira de Inclusão da Pessoa com
538 Deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos
539 direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e
540 cidadania, e que define os termos acessibilidade e tecnologia assistiva”; 5) sugere-se, no inciso
541 XIV da seção I, onde se lê: “Auxílio Intercâmbio: consiste em subvenção financeira para o
542 participante de ação de intercâmbio, em parcela única, destinado ao pagamento de despesas
543 relacionadas à documentação e ingresso no país e na instituição pretendidos”, leia-se: “Auxílio
544 Intercâmbio: consiste em subsídio financeiro para o participante de ação de intercâmbio acadêmico
545 no exterior, em parcela única, destinado ao pagamento de despesas relacionadas à documentação
546 e ingresso no país e na instituição pretendidos, considerando, quando necessário, os custos com
547 deslocamento, permanência e seguro saúde”; 6) sugere-se, no inciso XV, da seção I, onde se lê:
548 “Auxílio Evento Cultural, Político ou Esportivo consiste em apoio à realização e à participação
549 dos estudantes, políticos e esportivos, na forma de subvenção financeira ou fornecimento de bens”,
550 leia-se: “Auxílio Evento Cultural, Político ou Esportivo consiste em apoio à realização e à
551 participação dos estudantes em eventos culturais, políticos e esportivos, na forma de subsídio
552 financeiro ou fornecimento de bens”. Em resposta, a relatora elucida que o Art. 25 da seção VII
553 especifica que todos os procedimentos e especificidades relacionados aos auxílios serão
554 estabelecidos em editais elaborados e divulgados pela ProAP e deverão ser submetidos à
555 aprovação da CPAf. Portanto, não há a necessidade de inserção de um novo artigo na seção I,
556 como proposto. Acerca das demais sugestões, tanto a área demandante, quanto a relatora acatam
557 as propostas de alterações, portanto, consideram-se incorporadas ao documento. Findas as
558 discussões, o presidente encaminha o documento para votação. Resolução aprovada por
559 unanimidade. **Expediente: Calendário ConsUni 2021**. O relator, Daniel Pansarelli, esclarece que
560 este calendário segue o mesmo modelo que vem sendo usado nos últimos anos, portanto, com
561 reuniões bimestrais e com os mesmos prazos, tanto para o envio de sugestões, quanto para o envio
562 da pauta. Elucida que, apesar de no Regimento Interno do ConsUni constar que as reuniões devam
563 ser trimestrais, após consulta à Procuradoria da UFABC, decidiu-se em caráter excepcional, até
564 que o Regimento revisado, que as reuniões serão bimestrais, intercalando com Conselho de Ensino,
565 Pesquisa e Extensão (ConsEPE). Sugere que o documento seja promovido à Ordem do. O
566 presidente questiona se há algum conselheiro contrário à promoção do item para a Ordem do Dia.
567 Não havendo manifestações contrárias, o item é promovido para a Ordem do Dia. Em discussão,
568 questiona-se o porquê de a primeira reunião ordinária do ConsUni estar marcada somente para o
569 final de março, haja visto que já se terá percorrido metade do quadrimestre letivo. Em resposta ao
570 questionamento, o relator esclarece que as reuniões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
571 (ConsEPE) que trata de matérias de cunho pedagógico, já tem em seu calendário a primeira reunião
572 agendada para fevereiro, ademais, o calendário do ConsUni acompanha o mandato e as eleições
573 para os Conselhos Superiores. Findas as discussões, o presidente encaminha o documento para
574 votação. Calendário aprovado por unanimidade. **Proposta de Resolução Progressão e Promoção**.
575 O relator, Fernando Cássio, informa que a proposta partiu da necessidade de regulamentação
576 excepcional dos critérios de avaliação de desempenho docente para efeito de progressão e
577 promoção, tendo em vista a evitar inconsistências nesse processo, dados os impactos que se sofre
578 com a extensão do período de trabalho remoto. Destaca que a proposta busca dar maior segurança
579 jurídica à UFABC, uma que vez que, na análise caso a caso, pode-se incorrer na violação de

princípios como o da impessoalidade e isonomia. Passa a palavra à professora Carolina Stuchi, diretora de relações sindicais jurídicas e profissional da Associação dos Docentes da UFABC (ADUFABC), que complementa a apresentação e defesa da proposta argumentando que o estabelecimento de regras como a adesão facultativa ao ensino remoto, levando em consideração as questões pessoais, técnicas e de gênero dos docentes, é imprescindível para que se evite a exposição pessoal na análise caso a caso. Além disso, destaca que as regras propostas são pontuais e transitórias, aplicando-se apenas ao período de trabalho remoto, visto que sua extensão compreende boa parte do período de interstício docente, influenciando em sua avaliação de desempenho. Carolina pontua a urgência da aprovação de tais regras, uma vez que o Quadrimestre Suplementar (QS) já está em construção. No entanto, informa que a minuta está incompleta, justamente para que se construa uma proposta sob a óptica das várias áreas da universidade. Apresenta algumas sugestões, com base no que outras IFES já têm adotado sobre a matéria: i) acréscimo de novos itens de pontuação, considerando atividades remotas e pontuação pela formação remota, bem como acréscimo de 25% na pontuação de disciplinas ministradas remotamente; ii) adicional de 30% na pontuação das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração; iii) adicional de carga horária às docentes com filhos em idade escolar, bem como aos docentes que possuem idosos sob os seus cuidados; iv) horas adicionais para planejamentos, no contexto do ensino remoto; v) avaliação proporcional do período de efetivo exercício, de acordo com a adesão facultativa ao ensino remoto; vi) espelhamento de pontuação obtida no relatório anterior, sob a ótica de que, em período normal de trabalho, o docente cumpre as suas obrigações. Concluindo a apresentação, Carolina Stuchi explica que a proposta de resolução partiu da direção da ADUFABC, sendo referendada em assembleia docente, no dia 19 de novembro de 2020. Em discussão, são realizados os seguintes apontamentos: 1) sugere-se que a minuta em pauta, quando do seu retorno, na sessão seguinte, seja acompanhada de parecer jurídico, tendo em vista afastar qualquer ilegalidade daquilo que for deliberado; 2) pontua-se ser importante que os docentes informem o motivo da não adesão ao ensino remoto; 3) sugere-se que sejam atribuídos pontos diferentes entre progressão e promoção, de maneira a diferenciar as regras para cada evento, uma vez que são situações distintas. Sugere-se, ainda, que sejam aplicados descontos percentuais na pontuação docente, uma vez que, no caso da promoção, não é possível postergar a pontuação exigida; 4) aponta-se discordância com o estabelecimento de critérios gerais, sem um estudo aprofundado do assunto, dada a subjetividade de cada caso, solicitando que sejam apresentados dados que sustentem a proposta. Aponta-se, ainda, a importância do mapeamento do trabalho remoto docente, bem como as particularidades e desafios de cada um; 5) explica-se que a falta de dados se dá pelo fato de a minuta estar em construção; 6) aponta-se concordância com a proposta, acreditando-se que ela dá amparo às decisões da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), quando da necessidade; 7) defende-se a proposta, acreditando-se que flexibiliza e divide com a UFABC os impactos profissionais e de saúde que podem atingir os trabalhadores docentes, nesse período de exceção; 8) destaca-se que a resolução do QS já dá um crédito a mais para cada disciplina que o docente leciona; 9) sugere-se que o ConsUni comprometa-se a discutir e aprovar uma resolução sobre o assunto, na próxima sessão, fazendo-o, se necessário, numa sessão extraordinária. Em atendimento aos comentários, Fernando Cássio, relator da matéria, reforça que a proposta não tem como objetivo criar uma promoção ou progressão automáticos, mas esclarecer, institucionalmente, como a UFABC vai lidar com as avaliações dos critérios de progressão e promoção, nesse período de exceção, além de evitar quaisquer constrangimentos aos docentes nesse processo. Ressalta que a proposta, apesar de urgente, está aberta ao debate de critérios e meios para a sua implementação. Carolina Stuchi acrescenta que a ADUFABC cogitou a utilização de um questionário para coleta de dados junto aos docentes, todavia, à época, ainda havia inconsistências quanto ao que se pretendia com a pesquisa, não sendo uma ideia descartada pela associação docente. Destaca que há casos concretos de docentes que não conseguiram atingir a

629 pontuação necessária na avaliação de desempenho, e que, em sua maioria, tratavam-se de docentes
630 com filhos, o que embasou a apresentação da proposta, inicialmente. Enfatiza que há uma
631 preocupação quanto ao levantamento de dados e que, por se tratar de uma tarefa complexa, foi
632 criado um GT para realizar esse levantamento e, assim, dar maior subsídio às discussões. Em
633 seguida, com a palavra, Wanius Garcia, presidente da CPPD, comenta sobre a proposta e algumas
634 de suas inconsistências do ponto de vista normativo, acreditando que ainda há necessidade de
635 debate sobre o objeto do documento. Comenta sobre a demanda de processos com os quais a CPPD
636 tem lidado, que tem aumentado significativamente, informando que, há dois anos, dada a falta de
637 representação do CMCC e os impactos do trabalho remoto, apenas duas pessoas lidam com os
638 trabalhos da comissão, solicitando compreensão por parte dos docentes sobre as demandas
639 submetidas. Wagner Carvalho, presidente desta sessão, propõe a criação de um GT para discussão
640 da proposta, envolvendo, além da ADUFABC, os Centros, a SUGEPE, a CPPD e a Reitoria, de
641 maneira a construí-la e reapresentá-la com mais consistência, no expediente da próxima sessão do
642 ConsUni. Fernando Cássio acata a proposta de criação de um GT para construção da minuta e
643 reapresentá-la numa próxima sessão, dadas as questões e especificidades que traz. Agradece pelos
644 apontamentos, enfatizando a necessidade de que o Conselho trate a discussão como urgente, uma
645 vez que a regulamentação excepcional das avaliações se faz cada vez mais imprescindível com o
646 avançar da pandemia, sendo que os impactos nas avaliações de desempenho docente já têm sido
647 percebidos e tendem a aumentar, o que reforça a tempestividade da medida. Visto que a relatoria
648 acata a criação do GT e construção da minuta, o presidente questiona se há alguma manifestação
649 contrária à formação proposta. Não há manifestações contrárias. Acácio Almeida informa que há
650 uma pesquisa em curso sobre a situação dos servidores da UFABC, o que abrange os técnicos
651 administrativos e docentes, neste período de trabalho remoto e cujos dados devem ser divulgados
652 no início de 2021. O presidente destaca entender a necessidade e urgência que a matéria exige,
653 todavia, dada a necessidade de construção de uma minuta mais consolidada, o item deverá retornar,
654 no expediente da próxima sessão, com a possibilidade de promoção à ordem do dia, na mesma
655 sessão, de acordo com o que for apresentado e deliberado pelo Conselho. O presidente agradece e
656 parabeniza ao Conselho pelos esforços realizados durante o ano de 2020, não só na adaptação ao
657 desafio da participação remota nos Conselhos, como pela construção de decisões cruciais para o
658 momento atual e para o futuro da universidade, garantindo a participação democrática de toda a
659 comunidade UFABC. Em especial, o presidente destaca o suporte imprescindível às sessões,
660 garantido pelo trabalho da Divisão de Conselhos da Secretaria-Geral, dos Tradutores de Libras, da
661 Assessoria de Comunicação e Imprensa e dos Trabalhadores Terceirizados. Como nenhum dos
662 participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente em exercício agradece a presença de todos
663 e encerra a sessão às 17h52. Do que para constar, nós, Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão
664 de Conselhos, Jeanderson Carlos de Souza Silva e Katia Tonello Semmelmann, assistentes em
665 administração, em conjunto com a secretária-geral, Carolina Moutinho Duque de Pinho, lavramos
666 e assinamos a presente Ata aprovada pelo Conselho.

Fabiane de Oliveira Alves
Chefe da Divisão de Conselhos

Jeanderson Carlos de Souza Silva
Assistente em Administração

Katia Tonello Semmelmann
Assistente em Administração

Carolina Moutinho Duque de Pinho
Secretário-Geral